

(ANC) X Franco, Afonso Arinos de Melo

'Sarney falhou ao escolher o mandato'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney pretendia não interferir no trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, mas mudou de ideia. E falhou juridicamente ao escolher a duração do próprio mandato, pois impediu a Constituinte de mudar a Constituição atual, justamente para evitar decisão a esse respeito. São revelações do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, em entrevista exclusiva a O Estado.

Um modelo próprio para o sistema de governo representa a mais importante revolução republicana para o senador pelo Rio de Janeiro, que, aliás, não vê futuro nenhum para os atuais partidos políticos. Ele observa que a competição entre Norte e Sul, através das bancadas no Congresso, constitui problema grave, e que o Brasil "terá jeito" se a participação popular realmente for embutida na representação política.

A questão da soberania, não discutida no início da Assembleia Nacional Constituinte, foi também objeto de preocupação nas anteriores?

Que eu me lembre, e eu conheço a História das Constituintes, o problema da soberania nunca se colocou em termos de debate apaixonado, e eu atribuo o fato de ter emergido à soberania do povo, uma concepção mais realista e mais avançada da participação popular na representação política.

Mas já houve isso anteriormente, na Constituinte de 1823, que tinha em seu regimento a iniciativa popular. Previa proposta pessoal, por qualquer pessoa, perfeitada por um dos constituintes, e se transformava em matéria constitucional. O grande problema que se criou foi exatamente o da participação popular nas sessões. As galerias, naquele tempo, não eram em cima, mas embaixo, a sala era dividida por uma grade de madeira, e os assistentes ficavam atrás dela. Havia deputados que eram, chamemos assim, de esquerda, o Barata, aquele jornalista da Bahia, e o primeiro Antônio Carlos, o de Andrada. Este não era propriamente um homem de esquerda, mas muito polêmico, muito afirmativo, muito orgulhoso, um Andrada de primeira geração. E no momento em que houve uma agressão a um sujeito, lá no largo da Carioca, veio o caso. A galeria invadiu o plenário e o Antônio Carlos patrocinou isso. Ele participava ativamente e fez um discurso muito corajoso. E aí o imperador, que estava no paço ali defronte — só tinha a rua da Assembleia entre as duas Casas — mandou fechar com a força militar. Veio desse negócio, não propriamente das propostas populares.

Hoje, você sente a participação nas emendas populares. São milhões de assinaturas. Nós despachamos mais de 80 e tantas, aprovamos uma série delas na Comissão de Sistematização.

O presidente Sarney colocou um líder de encomenda na Câmara para, naturalmente, influenciar na Constituinte. E o Planalto articula blocos, interfere bastante. O sr. considera tal atitude legítima?

Olha, quando eu apresentei ao presidente Sarney o anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais criada por Tancredo Neves, ele me observou pessoalmente que não o remetia à Assembleia, porque parecia uma interferência do Executivo. De maneira que a posição dele mudou, a atitude variou.

Mas a pressão existe e é forte. Mas todo mundo tem condições de pressionar e isso é um assunto a ser resolvido pela Constituinte, embora o debate seja nacional, vá além dela. De maneira que acho razoável, compreensível, que o presidente tenha a posição do seu governo no debate da Assembleia. Ele não teria condição se quisesse coagir, levar a Constituinte a um processo de captação para tomar uma atitude. Mas, opinar, por que não? A Constituinte não fica acuada. Ela pode ficar absorvida pelos efeitos do presidencialismo. Pode também haver constituinte que ceda a essa pressão, mas não tem havido nada de condenável, a meu ver, na posição do governo.

O sr. tem ligações pessoais com o presidente. Foi ele quem, por telefone, pediu que o senhor se candidatasse ao Senado. Tais circunstâncias poderão influir na sua opção sobre o mandato presidencial?

Não, não achei certo, do ponto de vista jurídico, ele dizer que desejaria cinco anos, porque tinha negado esse direito à Assembleia, que não poderia interferir no seu mandato, que deveria cumprir a Constituição atual. Se a Assembleia não podia, ele não podia também. Poderia, diante do mandato de seis anos, renunciar no último. Poderia fazer isso. É o direito de renúncia. Mas não pode dizer juridicamente que o mandato de cinco anos é aceitável.

Há quem o critique, a meu ver inadequadamente, por ter sido presidencialista. Eua gostaria de saber como o senhor evoluiu para o parlamentarismo.

É coisa longa e não poderia entrar em pormenores. Estive até metendo sobre isso. Fui autor de pareceres contra a emenda Filla. Mas a renúncia do pre-

sidente Jânio, o choque que ela provocou, os riscos que estariam envolvidos no exercício pelo presidente Goulart, que depois se verificaram reais, tudo isso e a ameaça iminente de intervenção militar, de que eu tinha conhecimento — eu conversei a esse respeito com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que era o general Cordeiro e Farias, meu amigo —, me levaram a pensar que era o momento de se tentar uma solução que evitasse essas crises.

Fui professor de História, conheci a História da República, sabia que era feita de crises sucessivas. Então, diante daquela situação, não foi uma coisa nada artificial, foi diante de uma situação de fato, que essas pessoas que me criticam conhecem. O Jango ficaria numa situação muito delicada se tomasse posse no regime presidencialista, seria deposto, como foi depois, aí já por intervenção do Brizola, com aquela história de cunhado não é parente, não sei o quê. Verifiquei que o Congresso inteiro estava à espera disso. Era tão certo que os presidencialistas aceitaram a solução, e eu fui mantido no governo.



Afonso Arinos

A dimensão dada hoje à discussão sobre o sistema de governo é justificável?

Sim, porque estamos às vésperas de uma virada histórica sem precedentes, mais importante do que qualquer outra da República, mais do que qualquer golpe de Estado, mais do que qualquer revolução, mais do que a revolução de São Paulo, mais do que os golpes sucessivos dos governos militares, mais do que a implantação do governo revolucionário de Vargas. Essa virada agora é muito mais profunda, porque vamos sair de um sistema de imitação jamais bem-sucedido (todos os países que adotaram o presidencialismo) para um modelo próprio.

Os grupos que funcionam na Assembleia contribuem para enfraquecer os partidos?

Partidos fortes só depois que se tornam internacionais. Nunca a República pode fazer partidos fortes. O Pinheiro Machado quis fazer o Partido Republicano Conservador. O general Glicéio, o Partido Republicano Federal. E o Ruy, o Partido Republicano Liberal. Nenhum deles conseguiu. Os partidos aqui se implantaram em função dos movimentos comunista e fascista. Aí é que aparecem os partidos nacionais. O comunista aparece em 22, fundado pelo Astrogildo Pereira. Os comunistas de hoje negam isso, mas, na verdade, vem daí o Partido Comunista do Brasil, que é o mais antigo. O PCB não é tão antigo. Quando se fundou o fascismo e houve a vitória dos comunistas na Europa é que a idéia da luta de classes, do Estado direitista e tal começaram a forçar o País nas soluções partidárias. O Partido Integralista, com Plínio Salgado, vem pouco depois, então, os partidos nacionais vêm em função das pressões internacionais. No Império, não. Os partidos nasceram naturalmente. O Partido Liberal nasce dos territórios urbanos, da imprensa urbana, e forma a ideologia liberal. O Partido Conservador se forma com a lavoura do café.

E agora?

Agora, os partidos não estão em causa, porque a luta maior não é partidária, está acima dos partidos. É o que eu estou dizendo. Está acontecendo uma revolução parlamentar como nunca houve no Brasil, mas muito profunda. E, então, daí virão os partidos, um outro quadro partidário.

No início do trabalho constituinte, o senhor demonstrava certo tédio e chegou a atribuí-lo ao presidencialismo. E agora?

É, estou com a esperança de que a gente ganhe. Naquele tempo o quadro era outro.

Quer dizer que a expectativa do parlamentarismo é que o anima?

E. O projeto da Comissão Afonso Arinos, na sua opinião, seria aprovado com mais facilidade do que o do Bernardo Cabral?

Se fosse adotado oficialmente como modelo, teria feito esse trabalho da Constituinte muito melhor, muito mais fácil. Sempre existiu um ponto de partida, só não houve em 46 porque o Getúlio tinha sido deposto. Acho que a ausência de um projeto oficial é que fez essa confusão toda.

O senhor acredita que o Brasil ainda tem jeito?

Ah! Se eu não acreditasse, ficaria muito triste.

Se o senhor tivesse de propor um conserto, iria mais para o social, o econômico ou o político?

Olha, o que há no Brasil de hoje é que a sociedade é muito mais fraca do que o Estado. Nos Estados Unidos é o contrário. Lá, a organização humana é a mais poderosa do mundo, hoje, a sociedade é mais forte do que o Estado. De maneira que, no Brasil, o instrumento da estatização não quer dizer instrumento de socialização, quer dizer instrumento de apropriação da força econômica por grupos pequenos, direta ou indiretamente. De maneira que a estatização não tem nada a ver com a sociedade. O sujeito fica com medo, socialmente, da reforma agrária. Isso não tem nada. Até porque o Estado também é muito fraco, tão fraco que, quando tem de fazer alguma coisa, tem de partir para a violência, tem de partir para a ditadura, né?

Para mim, o grande problema do Brasil é esse. É que as Constituições modernas, e quando falo em Constituição não falo em texto, mas em sistemas políticos... Bem, antigamente os sistemas políticos se baseavam numa distribuição racional dos poderes. Hoje não é isso, o problema institucional vem da reciprocidade, da dupla influência da sociedade no Estado e do Estado na sociedade, equilibrada dentro de um quadro lógico e jurídico. Então, o progresso no Brasil se fará na medida em que isso se tornar possível através do sistema representativo e a participação da sociedade.

Até a Fiesp, para não ver a produção encaçada, propõe adiantamento do aumento salarial. Como o senhor vê o arrocho?

Vejo de maneira muito primária, porque não preciso procurar razões como a sua para justificar. O fato é que está insuportável. As razões e as soluções me escapam, porque não sou economista. Mas é inegável, é óbvio, é evidente, entra pela vista que o sujeito não pode ter um salário como tem o brasileiro em geral. É falta de poder e organização do povo. Estamos atravessando até uma fase de guerrilha urbana. No Líbano, é por Alá, por motivo religioso. Há também em virtude de ideologias. Aqui, não.

Se o senhor saísse do PFL, iria para qual partido?

É difícil, não pensei nisso.

Se houvesse eleição agora, quem escolheria para presidente e para primeiro-ministro?

Outra pergunta difícil. O grande problema está em que há uma visão que eu sinto muito perigosa, que é uma espécie de competição não voluntária, mas que está se tornando visível, entre o Nordeste e São Paulo. Então, acho uma das coisas mais sérias que pode acontecer no Brasil. O nível representativo agora é outro e o Norte tem uma representação muito poderosa. O Legislativo agora é outro e o Norte domina a Constituinte e dominará qualquer Congresso, por causa da distribuição de cadeiras.

Falo em São Paulo como símbolo do Sul. Acho que nós, do Sul, nunca defendemos ardorosamente as conveniências da região e somos absolutamente responsáveis pelo fato. Vou lhe dizer uma coisa: o presidente me disse isso, falou comigo. E o problema é que isso leva, no nível eleitoral, a pessoas.

O senhor é o oposto do político que joga para a arquibancada, pensa basicamente na própria carreira, não diz aquilo que pensa, e não perde oportunidade para um conchavo. Como é que o senhor convive com as "raposas"?

Pensando nas uvas (ri muito).

Há pouco tempo o senhor se reuniu com os ministros militares, mas é notório que não gosta de articular politicamente. Como o senhor se sai nessas ocasiões?

Eu fiz uma exposição ligada aos meus estudos e às minhas idéias, e eles tiveram a gentileza de me ouvir. Parece que gostaram. Mas eu não sei articular. Eu não sei.

Sou um conservador no sentido, vamos dizer, da formação intelectual, social. Sou um liberal no sentido das aspirações coletivas. Conservador no sentido de que eu gosto de conservar aquilo que a vida me deu, quer dizer, o gosto pelos livros, o gosto pela casa, o gosto pela leitura, o gosto pelo vinho e tal. Isso é um espírito conservador num certo sentido.

Entra no social esse conservadorismo?

Não, de maneira nenhuma.